

**ATA DA 02ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
DELIBERATIVO MUNICIPAL DE
PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JI-
PARANÁ/RO EM OUTUBRO DE
2026.**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JI-PARANÁ – IPREJI, situado na Rua Aluizio Ferreira, nº 119, Bairro Centro, nesta cidade de Ji-Paraná/RO, foi iniciada a 02ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência (CDMP) do IPREJI, estando presentes os Senhores Conselheiros: Edísio Gomes Barroso (Conselheiro Presidente), Lilian Pereira da Silva Almeida (Conselheira), Noemi Brisola Ocampos (Conselheira), Francilane Magalhães Santos (Conselheira), Sidnei Silva dos Anjos (Conselheiro), Humberto Jackson de Souza (Conselheiro), Lânea de França Cirqueira Lins (Diretora Previdenciária do IPREJI), além de Kaylaine de Oliveira Tonette (Secretária do IPREJI e do CDMP). Declarada aberta a sessão, passou-se à apreciação da pauta. Inicialmente, foi abordada a comunicação recebida do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO, referente ao Acórdão APL-TC 00120/26, dando-se ciência aos membros do Conselho Deliberativo acerca de seu conteúdo. Na ocasião, o Presidente do IPREJI prestou esclarecimentos sobre os fatos relacionados às aplicações financeiras realizadas em exercícios anteriores, bem como sobre as notícias recentemente divulgadas a respeito do assunto e as providências administrativas adotadas pelo Instituto. Foi informado que, após a conclusão das medidas administrativas e o encaminhamento da documentação pertinente ao Tribunal de Contas, foi instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial, no âmbito do TCE/RO, para apuração dos fatos, das possíveis responsabilidades e de eventuais danos. Também foram abordadas as recomendações constantes do acórdão, especialmente quanto à necessidade de implementação de medidas administrativas, normativas e estruturais voltadas ao fortalecimento dos procedimentos de apuração interna. Sobre o assunto, o Presidente esclareceu que o Instituto vem buscando implementar o controle interno desde o ano anterior, tendo mencionado dificuldades relacionadas à reforma administrativa. Informou, ainda, a intenção de propor projeto de lei para viabilizar a referida reforma, com vistas ao aprimoramento da estrutura administrativa e ao fortalecimento dos procedimentos institucionais. O Presidente também esclareceu que a atual gestão vem adotando as providências cabíveis e buscando o apoio dos órgãos competentes para o esclarecimento dos fatos. Informou, por fim, que foi solicitada à empresa Crédito e Mercado a elaboração de relatório de diligências sobre os fundos de investimento envolvidos, a fim de subsidiar os esclarecimentos necessários, bem como que estão sendo estudadas medidas técnicas para o acompanhamento e a eventual realocação de investimentos, visando mitigar possíveis impactos negativos sobre a carteira previdenciária, observadas as características dos ativos e as limitações relativas aos prazos e às condições de resgate. Em continuidade, foi apresentado o Relatório Analítico de Investimentos referente ao mês de setembro de dois mil e vinte e seis, sendo informado que o Instituto possui patrimônio líquido no montante de R\$ 462.128.743,15 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, cento e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e três reais e quinze centavos). Durante a exposição, foram prestados esclarecimentos sobre o desempenho da carteira e as estratégias adotadas na gestão dos recursos previdenciários, incluindo a realização de novas aplicações em títulos públicos e a movimentação de investimentos em renda variável. Foi informado que, diante da



valorização de determinados ativos no mercado acionário, foram realizadas movimentações com o objetivo de reduzir a exposição a posições consideradas desfavoráveis, especialmente diante das oscilações observadas no mercado. Esclareceu-se que nem todas as posições puderam ser encerradas, em razão dos diferentes prazos de resgate dos investimentos. Também foi destacada a importância do acompanhamento permanente do mercado financeiro e da adoção de estratégias compatíveis com a regulamentação vigente e com os objetivos de preservação e rentabilidade dos recursos previdenciários. Na ocasião, foi mencionada a expectativa de que o patrimônio do Instituto se aproxime de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) até o encerramento do exercício, a depender do desempenho dos investimentos e das condições do mercado. Em seguida, foi informado o recebimento de R\$ 295.943,85 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos), em oito de outubro de dois mil e vinte e seis, referente à Compensação Previdenciária – COMPREV/INSS. A respeito do assunto, foram apresentados esclarecimentos sobre o andamento dos processos de compensação previdenciária e a expectativa de ampliação dos valores recebidos pelo Instituto, considerando a análise e a conclusão dos requerimentos pendentes. Foi ressaltada a importância do acompanhamento dos processos e da adoção de medidas para conferir maior celeridade à tramitação, visando ao incremento das receitas provenientes da compensação previdenciária. Na sequência, foi apreciado o parecer da Carteira de Investimentos referente ao mês de agosto de dois mil e vinte e seis, encaminhado aos conselheiros para conhecimento. Em relação à Carteira de Investimentos do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, foi informado que o respectivo parecer ainda não havia sido concluído em razão de instabilidades na nova plataforma disponibilizada pela empresa Crédito e Mercado, utilizada para a consolidação das informações e dos saldos dos investimentos. Foi esclarecido que a implantação do sistema ocasionou dificuldades na obtenção e conferência de determinados dados, impossibilitando a conclusão do documento até a data da reunião. Também foi informado que a carteira encaminhada aos conselheiros passaria por ajustes pontuais, cujas alterações seriam posteriormente comunicadas. Dessa forma, o parecer referente a setembro permaneceria pendente de conclusão e encaminhamento ao Conselho. No que se refere à prestação de contas, foram apresentadas informações relativas ao mês de setembro de dois mil e vinte e seis, abrangendo os aspectos orçamentários e financeiros do Instituto. Após a apresentação e apreciação das informações, a prestação de contas referente ao mês de setembro de dois mil e vinte e seis foi aprovada pelo Conselho Deliberativo. Dando continuidade à pauta, os membros do Conselho Deliberativo tomaram conhecimento do Plano de Ação Anual 2026/2027, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, do Regimento Interno do Conselho Fiscal, do Relatório de Análise das Hipóteses Atuariais e do Relatório de Viabilidade do Plano de Custeio, bem como apreciaram o Relatório do Estudo de Impacto. Após a análise e discussão dos documentos apresentados, as matérias submetidas à deliberação foram aprovadas pelos conselheiros. A Conselheira Lilian Pereira da Silva Almeida reforçou a necessidade de adequação das atribuições do Conselho previstas na Lei Municipal nº 1.403/2005. Em relação ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, foram apresentadas informações sobre as ações desenvolvidas pelo Instituto para o avanço do nível de certificação. Foi informado que a pré-auditoria já havia sido iniciada, com o suporte da empresa de consultoria Crédito e Mercado, tendo por finalidade verificar a documentação e os procedimentos existentes, identificar eventuais inconformidades e orientar a realização dos ajustes necessários. Foi mencionada a previsão de auditoria presencial nos dias vinte e seis e vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e seis,



bem como a expectativa de conclusão do processo de certificação até dezembro do mesmo ano, condicionada ao atendimento dos requisitos exigidos. Na ocasião, foi ressaltada a importância do Plano de Ação Anual para a certificação institucional, bem como o comprometimento das equipes do Instituto com a organização documental, o cumprimento dos prazos e o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos. Também foi destacada a continuidade das capacitações, inclusive com a participação dos membros dos conselhos, conforme as oportunidades disponibilizadas. Passando aos benefícios previdenciários, foram apresentados os dados referentes ao mês de setembro de dois mil e vinte e seis, período em que foram concedidos 4 (quatro) benefícios de aposentadoria, realizada 1 (uma) revisão administrativa e concluídas 4 (quatro) revisões judiciais de integralidade e paridade. Foi informado que a equipe técnica vem realizando a análise e a instrução dos processos previdenciários, inclusive daqueles em que os requerentes ainda não preencheram os requisitos legais necessários à concessão dos benefícios. Também foi mencionada a existência de aproximadamente 36 (trinta e seis) processos relacionados à integralidade e à paridade, os quais demandam acompanhamento específico. Quanto a esses processos, foi informado que o setor jurídico obteve resultados favoráveis ao Instituto em recursos judiciais recentemente interpostos, permanecendo o IPREJI no aguardo dos desdobramentos processuais pertinentes. Foi ressaltada, ainda, a importância da organização dos procedimentos e da melhoria da gestão documental, inclusive mediante a redução gradual da utilização de processos físicos e o aprimoramento das condições de arquivamento e controle dos documentos. Em relação ao planejamento institucional, foi apresentada a intenção de iniciar os procedimentos administrativos necessários à avaliação da aquisição de terreno localizado na esquina do imóvel onde funciona o Instituto, com vistas à futura ampliação de sua estrutura física. Foi mencionada a possibilidade de elaboração de projeto de reforma e expansão das instalações, contemplando a reorganização dos setores, a melhoria dos espaços de atendimento, a adequação do estacionamento e a eventual construção de auditório para a realização de eventos institucionais. O Presidente esclareceu que a proposta dependerá de estudos, levantamentos e procedimentos administrativos prévios para avaliação de sua viabilidade. Ademais, foram discutidos assuntos relacionados à organização administrativa e ao planejamento das atividades do Instituto. Na ocasião, a conselheira Lilian Pereira da Silva Almeida destacou que o calendário municipal de atividades já havia sido divulgado e ressaltou a importância de o IPREJI elaborar um cronograma interno próprio, adaptado às particularidades e rotinas dos setores, a fim de orientar o encaminhamento de informações e documentos necessários ao cumprimento dos prazos institucionais. Dando continuidade, foi ressaltada a necessidade de planejamento antecipado das atividades relacionadas à elaboração e à aprovação da Política de Investimentos e ao envio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN ao Ministério da Previdência Social, cujo encaminhamento e publicação devem ocorrer até o encerramento do exercício. Foi mencionada, ainda, a possibilidade de antecipar as etapas de análise e aprovação, inclusive mediante a realização de reunião em data anterior à inicialmente prevista, caso os documentos estejam disponíveis, a fim de evitar o acúmulo de demandas no final do ano e assegurar o cumprimento tempestivo das obrigações previdenciárias. Por fim, quanto às obrigações fiscais e acessórias, foi informado o envio tempestivo das declarações obrigatórias, incluindo E-Social e EFD-REINF, todas relativas à competência de setembro de dois mil e vinte e seis, em conformidade com as exigências legais. Também foi mencionado que o IPREJI aguarda o encaminhamento de questionário relacionado a procedimento de auditoria anunciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, envolvendo os Regimes Próprios de Previdência Social e as informações

prestadas por meio do E-Social. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do IPREJI deu por encerrada a 02ª Reunião Extraordinária do CDMP às dez horas e vinte minutos. Eu, Kaylaine de Oliveira Tonette, Secretária do IPREJI e do CDMP, lavrei a presente ATA, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes. Ji-Paraná/RO, vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e seis.

Edísio Barroso
Conselheiro Presidente

Lânea de França Cirqueira Lins
Diretora Previdenciária

Lilian Pereira da Silva Almeida
Conselheira

Noemi Brisola Ocampos
Conselheira

Francilane Magalhães Santos
Conselheira

Sidnei Silva dos Anjos
Conselheiro

Humberto Jackson de Souza
Conselheiro

Kaylaine de Oliveira Tonette
Secretária do IPREJI e do CDMP





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	da 02a Reunião Extraordinária do C.	29/10/2026

ID:	3135146	Processo	Documento
CRC:	57AEF9A4		
Processo:	4-508/2026		
Usuário:	Kaylaine de Oliveira Tonette		
Criação:	29/10/2026 09:09:40	Finalização:	29/10/2026 10:02:58

MD5:	69C9E5201503B114137A50B0B1674FA8
SHA256:	A4B8FB7C6FCA7FE4EF76018BE4B967EE189D0A6882F6F9B5A7F3E3105BB4DD15

Súmula/Objeto:

Ata da 02a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência do Município de Ji-Paraná/RO em outubro de 2026.

INTERESSADOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JI-PARANÁ - IPREJI	JI-PARANA	RO	29/10/2026 09:45:54
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

ATA DE REUNIAO	29/10/2026 09:37:59
----------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Kaylaine de Oliveira Tonette	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	29/10/2026 10:03:03
---	-------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 SIDNEI SILVA DOS ANJOS	AGENTE ADMINISTRATIVO - ADM	29/10/2026 10:16:58
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 Edisio Gomes Barroso	PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA	29/10/2026 10:57:07
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 HUMBERTO JACKSON DE SOUZA	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	29/10/2026 10:57:40
--	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 FRANCILANE MAGALHAES SANTOS	CONSELHO DELIBERATIVO	29/10/2026 10:58:47
--	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 LILIAN PEREIRA DA SILVA ALMEIDA	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	29/10/2026 11:01:14
--	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 Lânea de França Cirqueira Lins	DIRETORA PREVIDENCIARIA	29/10/2026 11:04:37
---	-------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 Noemi Brizola Ocampos	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	29/10/2026 11:54:52
--	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3135146 e o CRC 57AEF9A4.